

Pobre índio

MARCO ANTÔNIO SILVA

Professor de história, doutorando em educação pela UFMG

Muitos mineiros ainda acreditam que os povos indígenas estão concentrados na floresta amazônica e vivendo com hábitos e costumes semelhantes aos daqueles que ali habitavam à época da invasão dos primeiros colonizadores europeus no Brasil. De fato, as nações indígenas do país e em Minas, quase foram exterminadas ao longo da história. Expedições armadas chamadas bandeiras, ainda no século 17, saíam geralmente da região do atual estado de São Paulo na direção das Alterosas, à procura de ouro. Capturavam índios, não sem muitas mortes, vendidos como escravos. Entre essas estavam as comitivas que primeiro descobriram ouro na região das Minas, nos atuais municípios de Rio Casca e Ouro Preto. Com a redução na produção do metal no fim do século 18, o governo da Capitania das Minas incentivou a conquista de terras nos sertões, integrando os índios à sociedade colonial ou exterminando os que não colaborassem. Em 13 de maio de 1808, o príncipe regente dom João ordenou a eliminação de todos que dificultassem a ocupação da região do Vale do Rio Doce. A ordem era dominá-los a qualquer custo, e os comandantes militares que os matassem e destruíssem suas aldeias eram premiados pela Corte.

Com a conquista da região, esperava-se que a navegação fosse implantada interligando, por meio do Rio Doce e seus afluentes, as regiões economicamente ativas entre São João del-Rei e Diamantina ao mar. Em 1833, uma companhia de navegação chegou a ser criada, mas a navegação comercial pela baía do Rio Doce não se tornou realidade.

A história de Minas ainda registrou muitos outros conflitos nos séculos 19 e 20. Apesar disso, povos de várias nações indígenas resistiram e ainda vivem em Minas. Os xacriabás, no município de São João das Missões; os kaxixós, em Martinho Campos e Pompeú; os xucuru-kariris, em Poços de Caldas; os pataxós, em Itapeçerica e Carmésia; os krenaks, em Resplendor; os maxakalis, em Santa Helena de Minas e Bertópolis; os aranãs, em Araçuaí e Coronel Murta; e os pankarares, em Salinas.

Entretanto, pouco sabemos destes vizinhos. Os kaxixós, depois de anos de luta, foram oficialmente reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como grupo indígena em 2001 e lutam pela posse das terras que tradicionalmente lhes pertencem. A beleza do canto maxakali encanta aqueles que já puderam ouvi-lo. Alguns deles, inclusive, já lecionaram nos cursos de artes cênicas e música da UFMG. Entretanto, um fato triste vem marcando a vida desses indígenas nos últimos anos. Com a redução de suas terras e a contaminação dos rios, não estão conseguindo produzir os alimentos suficientes para a sobrevivência de todos, e hoje dependem de programas do governo federal, como o Bolsa-Família.

Mas há boas notícias. Um xacriabá foi eleito em 2004 e reeleito em 2008 prefeito de São João das Missões. Atualmente, o município tem cinco vereadores e alguns secretários xacriabás. No estado, mais de 40 escolas atendem especificamente crianças e adolescentes indígenas. Professores da etnia formados em universidades públicas ensinam a língua portuguesa, conteúdos comuns nas escolas brasileiras e, sobretudo, a língua e as tradições de cada grupo.

Possivelmente, muitos parlamentares e gestores públicos não têm informações sobre os índios que vivem em Minas. Urge a formulação de políticas mais eficientes voltadas para uma reparação a que historicamente esses povos têm direito. Apesar disso, as boas notícias nos dão a esperança de que esses brasileiros ainda receberão um tratamento mais justo e respeitoso.

Nova liderança no Senado

ALBERTO PINTO COELHO

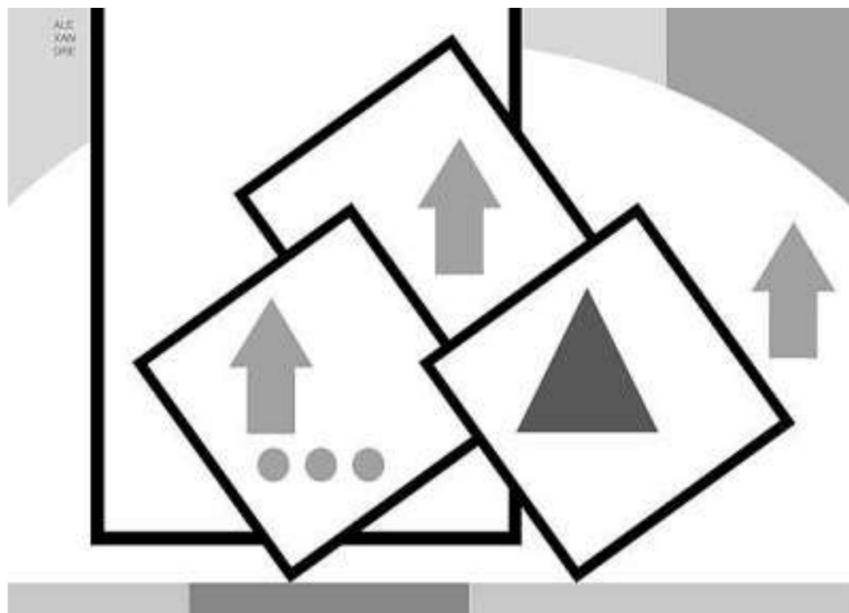
Vice-governador de Minas Gerais



As vésperas do transcurso da data magna de 21 de abril, que evoca civicamente, sob a figura tutelar de Tiradentes, os valores permanentes que regem a construção de uma nação cada vez mais livre e soberana, é oportuno analisar as grandes linhas do vigoroso pronunciamento feito no dia 6 pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG). Suas diretrizes centrais, que mobilizaram a atenção do Senado Federal e continuam repercutindo vivamente em todo o país, projetam uma estratégica visão de futuro, capaz de assegurar, de fato, a conquista do pleno desenvolvimento nacional. De início, conforme diagnosticou Aécio Neves, o Brasil precisa hoje de um “choque de realidade”. Ele se impõe em razão de cruciais desafios que o país enfrenta e que foram descurados. Com alto senso de responsabilidade, o senador Aécio Neves apontou o dedo para algumas dessas chagas, que precisam ser urgentemente tratadas.

Uma delas, a do “desarranjo fiscal”, obrigará, agora, a um ajuste de grande envergadura, que porá em quarentena programas e projetos de governo anunciados antes com bumbos e tambores. Outras chagas têm origem no aparelhamento da máquina pública e nos excessos de gastos da União, que agora pressionam fortemente os índices inflacionários. O controle da inflação é a melhor herança do Plano Real, criado, em 1994, pelo presidente Itamar Franco. O real tem sido, nestes 17 anos, a pedra angular do crescimento econômico com estabilidade monetária. Outro ponto de estrangulamento indicado pelo senador Aécio Neves, se apresenta no horizonte próximo do desenvolvimento brasileiro: relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial mostra que o Brasil, entre 20 países concorrentes, coloca-se em 17º lugar na qualidade geral de infraestrutura, empatado com a Colômbia, situando-se em 19º no quadro da malha rodoviária e ocupando o último lugar na infraestrutura portuária.

Outro ponto nevrálgico por ele apontado consiste no grave risco de desindustrialização de importantes setores econômicos. Lembrou, a propósito, que nossa pauta exportadora apresentava em 2000 um índice de 61% de produtos manufaturados, reduzido para apenas 40%, em 2010. Com lealdade e isenção, Aécio Neves recuperou a memória das heranças benditas dos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Iniciadas com o Plano Real, passaram pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), pela aprovação da importante Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pelos avanços das privatizações e deslançaram em programas sociais pioneiros, como os da Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Unificados e



Senador mineiro lança bases e abre perspectivas para o país caminhar na direção do desenvolvimento pleno, com responsabilidade administrativa e crescentes conquistas sociais

ampliados, eles deram origem ao programa Bolsa-Família no governo Lula.

Esta nova agenda de gestão pública proposta pelo senador Aécio Neves aporta uma visão de futuro com selo de estadista. Ela começa pelo efetivo compromisso com a restauração da Federação brasileira, considerando insustentável a atual concentração de impostos, fruto da elevada carga tributária, que já alcança 35% do PIB, de recursos e de poder de decisão na esfera da União. Aponta a visão do compromisso federativo, propondo que 70% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e do Fundo Penitenciário, sempre contingenciados, sejam compulsoriamente repassados em duodécimos.

Foram por ele também propostos mecanismos para a recomposição gradual da participação de estados e municípios no bolo tributário do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que era de 27%, em 2002 e recuou para 19,4%, em 2010. Queda causada principalmente pela danosa hipotrofia da União, agravada pela criação de contribuições sem destinação própria e sem a devida partição entre os entes federados. Pertinentemente, o senador Aécio

Neves propôs, ainda, a transferência gradual dos recursos e da gestão das rodovias federais para a competência dos estados, pois o site Contas Abertas demonstra que nos últimos oito anos o Ministério dos Transportes não executou parte expressiva do orçamento de que dispunha para investir.

Homem público sempre aberto ao diálogo, Aécio Neves alinhou propostas encampadas pela presidente Dilma Rousseff, como a da redução de alíquotas para setores estratégicos da economia brasileira. Defendeu, então, a redução a zero das alíquotas do PIS e Cofins para empresas da área de saneamento, indicando a extensão dessa medida ao setor elétrico. Questões centrais e permanentes, como as da saúde pública, da educação, da habitação, do meio ambiente, do incentivo ao empreendedorismo das micro e pequenas empresas – e muitos outros temas relevantes –, constam da densa e programática agenda de gestão pública sustentada pelo senador Aécio Neves. Ela lança bases e abre perspectivas para caminhar na direção do desenvolvimento pleno do país, com responsabilidade administrativa e crescentes conquistas sociais.

Empreendedorismo ambiental

SEBASTIÃO ALBINO

Administrador de empresas

No Brasil, o setor de serviços ganha espaço e responde por parcela importante do Produto Interno Bruto (PIB). Isto é animador num país que precisa, cada vez mais, do empreendedorismo para o seu desenvolvimento econômico e social. Segundo Robert Hirsch, “empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor”. Nos últimos tempos, questões relacionadas ao meio ambiente passaram a fazer parte da mídia nacional. A busca pela sua preservação deixou de ser apenas uma exigência de ecologistas, é também uma importante possibilidade econômica. Falamos de desenvolvimento e não de crescimento puro que se deu no país a qualquer custo. Pouco adianta o crescimento econômico se ele não cumpre o dever social de oferecer educação de qualidade, saúde e segurança como sinônimo de melhoria da qualidade de vida. Apesar da degradação podemos dizer que a natureza é pródiga. Essa generosidade se efetiva quando ela oferece oportunidade ao empreendedor e o convoca, por meio de uma atividade econômica, para recuperar e preservar o meio ambiente, neste país de dimensão continental, com vasta biodiversidade e ecossistemas. Se ao longo do tempo pensou-se que os recursos naturais eram inesgotáveis, hoje sabemos que isto não é verdade. Podemos ter a falta de água para o consumo humano. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) dão conta de que no sé-

culo 20, enquanto a população mundial cresceu 3,75 vezes, o consumo de água aumentou 7,8 vezes. Saímos de 500 trilhões de litros/ano para 3,8 quatrilhões. Nesse estudo, a agricultura consome 70%, a indústria 22% e o doméstico 8%. A sociedade está fazendo uso racional desse bem natural? Com certeza, empreender e inovar na sua preservação e utilização é imperativo.

Boas iniciativas acenam para o caminho inverso ao desbravamento incentivado do passado. Em Minas, a lei chamada de Bolsa Verde, sancionada em 2009 para remunerar pequenos proprietários rurais na preservação do meio ambiente, no exercício fiscal de 2011, tem R\$ 8,5 milhões. Em 2010, o montante foi de R\$ 7 milhões, salvo engano, sem nenhuma realização. Por que isso ocorre? Algumas hipóteses: desconhecimento da lei pela população-alvo; ausência de publicidade; excesso de burocracia ou inoperância do órgão gestor; baixo valor pecuniário do incentivo; distância das entidades de classe e Executivos municipais dos beneficiários dessa lei. Essas e outras razões poderão impedir a efetividade dessa lei que, além de justa, é uma ação estruturante que potencializa no campo os verdadeiros fiscais em defesa do meio ambiente.

O volume de lixo produzido pela sociedade brasileira é desafiante. Em 2010, a Lei Federal 12.305 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O conceito dos três erres – reduzir o consumo, reutilizar e reciclar – alerta para o eventual desperdício e mostra um mercado para o empreendedor. Em Minas, são geradas 20 mil toneladas de lixo/dia e apenas a Região Metropolitana de

Belo Horizonte, com 34 municípios, é responsável por, praticamente, 5 mil toneladas/dia. Desse lixo o que é desperdício; o que poderia ser reutilizado e o que está sendo reciclado?

Para ilustrar a abrangência desse mercado citamos, entre as várias hipóteses, a contabilidade ambiental, o direito ambiental, o trabalho agroecológico, o ecoturismo e o aproveitamento de resíduos industriais. Outro segmento que além de econômico-financeiro, é estruturante, como pilar fundamental da sustentabilidade, é o tema educação ambiental e cidadania. É transversal a todas as áreas como saúde, segurança, infraestrutura, enfim, a toda ação da espécie humana. Surge de forma incipiente a oferta de produtos orgânicos. Segundo especialistas, a ingestão desses alimentos é fundamental na promoção da saúde. A precondição é que não se use adubação química. Há um percentual considerável do lixo gerado diariamente, no campo e na cidade, que poderia ser compostado e utilizado como adubo. O empreendedor, além de criar um projeto de viabilidade econômica, disseminaria como valor agregado uma nova cultura ambiental. O potencial de serviços ambientais ao alcance da sociedade pode alavancar o seu projeto econômico e ajudar a promover o desenvolvimento sustentável do seu município. O Sedbrae, serviço brasileiro de apoio ao empreendedorismo, e o Poder Executivo municipal podem ser um bom canal para que você se torne um empreendedor de serviços ambientais. A grandeza de uma nação pode ser medida pelo nível da educação do seu povo e sua capacidade empreendedora.

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

DIÁRIOS ASSOCIADOS

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Rua Funchal, 411- 2º andar - sala 23 - Vila Olímpia
Tel: (11) 3045-4921 - Fax: (11) 3055-2110
e-mail : sucursal.sp@uoi.com.br

SEDE
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL
(31) 3263-5000

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saúde
Tel : (21) 2263-1945 - Fax: (21) 2263-2045
e-mail: sucursal.rj@uoi.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação

(31) 3263-5330

Editorias:

Gerais

(31) 3263-5244

Política

(31) 3263-5293

Economia e Agropecuária

(31) 3263-5103

Esportes

(31) 3263-5313

Internacional

(31) 3263-5301

Opinião

(31) 3263-5373

Cultura - TV - Pensar e Divirta-se

(31) 3263-5126

Fotografia

(31) 3263-5214

Turismo

(31) 3263-5333

Informática

(31) 3263-5360

Veículos

(31) 3263-5078

Bem Viver, Gurilândia e Guia de Negócios

(31) 3263-5048

Feminino & Masculino

(31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800

Outras Localidades 0800 031 5005

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830

Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062

Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AGÊNCIAS

O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes

agências de notícias:

Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

PARA ASSINAR

LIGUE

Belo Horizonte

(31) 3263 5800

Outras Localidades

0800 031 5005

TABELA DE PREÇOS

VENDA AVULSA (R\$)

Localidade	Venda Avulsa (R\$)	
	2º o sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ (interior), ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

PARA ANUNCIAR

LIGUE

Classificados

Pequenos Anúncios Fonados

(31) 3228-2000

D.A. PRESS MULTIMÍDIA

D.A. Press

ATENDIMENTO PARA VENDA E PESQUISA DE IMAGENS:

Pessoalmente: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Cobertura -

70610-901 - Brasília - DF, de segunda a sexta, das 13 às 17h

E-mail, fax ou telefone: (61) 3214.1575/1582 | 3214.1583

dapress@dabr.com.br

De segunda a sexta, das 10 às 0h / sábados, 14 às 20h / domingos e feriados, das 16 às 22h